NECESSIDADE DE AVANÇOS

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O FIM de 2019 foi relativamente melhor do que o esperado para a economia brasileira. A atividade econômica demonstrou um grau de recuperação ligeiramente acima do previsto. As vendas no comércio varejista foram melhores do que o projetado para o período, e a taxa de desemprego apresentou um ligeiro recuo. Tudo indica que o Produto Interno Brasileiro (PIB) registrou um crescimento em torno de 1% no ano passado, ficando acima das expectativas formadas algum tempo atrás.

O comportamento da economia no último trimestre do ano passado trouxe perspectivas mais positivas para 2020. As projeções para o crescimento econômico deste ano apontam para uma variação positiva da ordem de 2,5%. Esse não é um resultado espetacular, pois a taxa de crescimento econômico global situa-se em torno de 3,0% neste ano. Em outras palavras, a economia brasileira deverá (mais uma vez) registrar uma taxa de crescimento do PIB inferior à da média mundial.

De qualquer forma, caso o resultado de 2020 se confirme, ele deve ser comemorado, pois representará o melhor resultado desde 2015. Vale lembrar que, desde esse ano, a economia brasileira vivenciou uma profunda recessão. A renda registrou um forte recuo nos anos seguintes, e o desemprego aumentou consideravelmente. Nos últimos anos, a economia brasileira experimentou uma melhora, mas o crescimento ainda tem permanecido relativamente baixo.

A melhora na atividade econômica no final do ano passado deveu-se a diferentes fatores. A taxa de juros seguiu em queda ao longo de 2019, com a taxa básica de juros – Selic – atingindo o menor patamar desde a implementação do real, em fins de junho de 1994. A flexibilização da política monetária tem representado um importante fator no sentido de estimular a economia brasileira pelo lado da demanda. No entanto, o elevado grau relativo de endividamento das famílias brasileiras ainda representa um elemento que atua no sentido de frear esse estímulo. De qualquer forma, as indicações são de que não deverão ocorrer novas quedas expressivas na taxa de juros neste ano. Isso decorre do fato de que a inflação brasileira, ainda que se situe em um patamar próximo à meta, deu sinais de elevação nos últimos meses, o que limita o espaço para novas reduções da taxa de juros mais adiante.

Outro fator de estímulo à economia brasileira que se deu no final do ano passado foi a liberação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Isso permitiu algum estímulo ao consumo das famílias nos últimos meses de 2019. Nesse sentido, a medida do governo, diferentemente da liberação pontual das contas inativas do FGTS durante o governo Temer, gerará estímulos contínuos ao longo deste ano, por meio da criação da modalidade saque-aniversário. Esse tipo de medida permitirá, por meio desses saques, estímulos ao consumo ao longo do ano.

A melhora da economia brasileira está intimamente associada à prática de uma política econômica sólida, que respeita os fundamentos macroeconômicos de manter a inflação baixa, busca a melhoria das contas públicas e respeita o regime de taxa de câmbio flutuante.

A reforma do sistema previdenciário realizada em 2019 representou um importante passo na direção do ajuste fiscal brasileiro. No entanto, essa reforma representou apenas um passo na direção de outras reformas essenciais. A reforma tributária é essencial no sentido de promover avanços na modernização da economia brasileira. O mesmo é válido no âmbito da reforma administrativa, que é essencial no sentido de promover um aumento da produtividade do setor público.

De qualquer forma, o calendário eleitoral de 2020 torna o ano parlamentar relativamente curto, e o Governo deverá dedicar-se a esses temas com maior intensidade caso deseje avançar nessas reformas essenciais para a economia brasileira. Caso isso não ocorra, é bem provável que essas reformas só sejam levadas adiante no próximo ano. ■